

Desenvolvimento sem liberdade: uma análise crítica do pensamento de Amartya Sen

RESUMO

O presente trabalho discute a abordagem das capacitações como proposta para se entender o processo de desenvolvimento. O pensamento de Amartya Sen é analisado criticamente a partir de suas próprias proposições. A investigação se justifica pela influência abrangente que a teoria em questão tem exercido na literatura contemporânea sobre o desenvolvimento. A conclusão do trabalho é que a teoria das capacitações apresenta uma série de dificuldades importantes associadas, principalmente, ao seu conceito de liberdade política e econômica.

Palavras-chave

Desenvolvimento, liberdade, Sen.

ABSTRACT

This article discusses the capabilities approach as a way of understanding the process of development. The ideas of Amartya Sen are analyzed critically using his own theories. Such an analysis is fully justified when one considers the wide-ranging influence that the theory in question has had on modern-day literature dealing with development. The conclusion of this work is that the theory of capabilities encounters a number of important hurdles associated, principally, with its concept of political and economic freedoms.

Keywords

Development; freedom; Sen.

I. Introdução

A obra de Amartya Sen nos convida a reinterpretar o conceito de desenvolvimento econômico. Segundo o autor, a interpretação tradicional é estreita e insuficiente, porque trata de apenas uma dimensão do processo, o crescimento do produto nacional bruto (PNB), ou ainda, da renda *per capita*. Esta não passa de uma parte de cinco elementos listados por Sen, no caso, facilidades econômicas, como o autor denominou. A perspectiva, que ficou conhecida como a abordagem das capacitações, propõe a compreensão do desenvolvimento como a expansão das liberdades individuais substantivas, em outras palavras, a eliminação de restrições ao florescimento humano. O presente trabalho aceita o convite de pensar o desenvolvimento dessa forma diferente e caminha pelos argumentos apresentados por Sen, identificando durante o percurso uma série de dificuldades próprias a abordagem proposta.

O texto está estruturado em cinco seções. Na primeira observa-se a oposição entre trabalho *adscritício* e trabalho assalariado, em que o último aparece como uma relação livre, mas que carrega um elemento coercitivo não reconhecido por Sen. Na segunda seção a hereditariedade aristotélica reivindicada por Sen é questionada ao expormos diferenças fundamentais entre a concepção do que é o bem humano para Aristóteles e aquilo que advoga a abordagem das capacitações. Na terceira seção analisamos os diversos vetores que compõem a noção de liberdade substantiva e argumentamos que os mesmos dificilmente podem ser entendidos como partes de um mesmo conceito. Na quarta seção investigamos a relação de complementariedade entre esses vetores e destacamos a ausência de uma explicação teórica para a determinação dos mesmos. Na quinta e última seção procuramos sistematizar as ideias examinadas e concluímos com uma crítica a concepção de liberdade que costura a interpretação de Sen sobre o desenvolvimento econômico.

II. As limitações do conceito de liberdade na relação de trabalho assalariado

A ideia de demonstrar que o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades individuais parece muito estranha quando observamos o funcionamento das relações de trabalho. Sen defende muito enfaticamente que a passagem do trabalho *adscritício*¹ para o trabalho assalariado representa um dos mais importantes processos de desenvolvimento humano, dado que o trabalhador passa a ser livre para participar do mercado de trabalho. Em um primeiro nível

1. Trata-se do trabalho forçado, muitas vezes utilizado para designar o trabalho de um colono ou servo cujo o vínculo com a terra é obrigatório e permanente.

isso é obviamente verdadeiro, porque o trabalhador antes forçado a trabalhar encontra-se agora dono de sua própria força de trabalho e livre para se movimentar como bem entender dentro do mercado. Entretanto, quando analisamos com mais calma esta relação percebemos que ela carrega em si um elemento de violência e poder completamente ignorado na análise de Sen².

Os trabalhadores assalariados são livres para escolher entre diversos contratos, mas são obrigados a trabalhar, estão necessariamente condenados a vender a sua força de trabalho porque são destituídos dos meios de produção da economia e, além disso, não são capazes de garantir sozinhos os seus próprios meios de subsistência. Nesse sentido há uma contradição interna no argumento liberal que, ao mesmo tempo em que propõe a expansão das liberdades individuais, também as restringe em um aspecto fundamental, o exercício do trabalho, que é obrigado a ser vendido a terceiros num processo coercitivo e veladamente violento, porque restringe e limita a vida das pessoas. Se Sen afirma constantemente que a eliminação das restrições à liberdade são o que definem o processo de desenvolvimento, como não tratar desta que é tão importante e que ocorre de forma tão generalizada?

Ao opor o trabalho adscritício ao trabalho assalariado, Sen ressalta o caráter libertário do mercado e induz que pensemos nesta relação de trabalho como algo realmente livre:

Uma das maiores mudanças no processo de desenvolvimento de muitas economias envolve a substituição do trabalho adscritício e do trabalho forçado, que caracterizam partes de muitas agriculturas tradicionais, por um sistema de contratação de mão de obra livre e movimentação física irrestrita dos trabalhadores. (SEN, 1999, p. 45)

No entanto, esta exposição esconde a relação de dominação existente na própria configuração proposta e nesse sentido é um desserviço intelectual, porque omite aquilo que é mais importante. Leia-se, o controle privado dos meios de produção da economia e a relação social de dominação que define o trabalho assalariado, esse elemento coercitivo que aparece dissimulado dentro de um pensamento que pretensamente defende as liberdades individuais.

Como diz Marx, ao observarmos apenas o movimento de compra e venda da força de trabalho o que vemos “é realmente um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham.” (MARX, 1867, p. 206). Todavia esse verniz social não muda o fato de que os trabalhadores são obrigados a vender a sua força de trabalho e se tornam totais estranhos diante daquilo que estão fazendo³, o que constitui uma das maiores violências a que um ser humano pode ser submetido. Se seguirmos a própria definição de desenvolvimento proposta por Sen, essa dimensão deveria estar presente, mas o autor a ignora.

2. As relações de poder e violência não se manifestam apenas de forma direta, explícita. Podemos entender violência como qualquer relação que trata o ser humano como se fosse uma coisa, desprovido de sua humanidade. Isto significa tratar os seres humanos como meios para outras atividades e não como um fim em si mesmo. (KANT, 1785). É possível argumentar, portanto, que diversos aspectos do trabalho assalariado constituem atos de violência.

3. A teoria da alienação é fundamental para a compreensão dos problemas e limitações da relação de trabalho assalariado e, infelizmente, é completamente ignorada por Amartya Sen. A alienação é um termo importante para a filosofia alemã e significa que partes que se copertencem aparecem separadas. Marx utiliza a expressão para designar a situação do trabalho no sistema capitalista, no qual o trabalhador não participa do processo de produção de forma inteira, criativa e humana. Ele é colocado à parte, dado que não realiza no seu trabalho aquilo que deseja, dado que não se relaciona com o produto final no momento de sua produção, apenas quando este repentinamente reaparece, na forma de mercadoria. O homem está perdido, está desprovido de sua verdadeira existência no sistema de produção capitalista (MARX, 1844).

III. As influências aristotélicas e o processo de emancipação dos homens

Amartya Sen tenta frequentemente encontrar raízes aristotélicas para a sua abordagem das capacitações, como pode ser visto nesta passagem: “As conexões aristotélicas são suficientemente óbvias (o enfoque de Aristóteles sobre ‘florescimento’ e ‘capacidade’ relaciona-se claramente à qualidade de vida e às liberdades substantivas, como foi discutido por Martha Nussbaum)” (SEN, 1999, p. 41). No entanto, não nos parece tão clara a reivindicação que o autor faz, não apenas nesta passagem como em muitas outras. Novamente, temos um sentido inicial em que a afirmação é verdadeira: para Aristóteles o objetivo da política é realmente promover o bem humano e a felicidade geral dos cidadãos, e o propósito da economia, secundariamente, é a geração da riqueza para este fim, o que se coaduna com aquilo que Sen defende para o desenvolvimento. Em outras palavras, o objetivo da economia política, se assim quisermos chamar, é o florescimento humano.

No entanto, há um abismo entre a abordagem das capacitações e a estrutura aristotélica que desfaz qualquer conexão que aparentemente haveria entre as duas. Trata-se de um entendimento completamente diferente do que significa o florescimento humano. Para Aristóteles, o ser humano, assim como todas as outras coisas, possui uma função, uma finalidade, um *telos*, para usarmos a palavra grega que se encontra na raiz de teleologia. Essa função é dada por aquilo que distingue o homem, por aquilo que o faz único, na visão aristotélica, o elemento racional. O bem é, então, definido pelo bom uso da função que lhe é própria. Sendo assim, da mesma forma que um bom tocador de lira, para usarmos o exemplo do próprio Aristóteles, é o músico que adquire a excelência na atividade de tocar a lira, o bom homem é aquele que conquista maestria no uso da razão. Promover o bem humano é, portanto, desenvolver a capacidade racional dos homens, é estimular o uso da reflexão nas atividades empreendidas e, conseqüentemente, construir a boa vida. Isso nada tem haver com considerações subjetivas e individuais, com a alocação de pacotes alternativos ou intitamentos [*entitlements*], o conceito proposto por Sen para definir as cestas de dotação inicial.

Para ficar mais claro, Sen argumenta que o desenvolvimento humano é o aumento do conjunto de pacotes alternativos de bens e serviços que uma pessoa tem acesso, e o mesmo se justifica porque, ao aumentar esse conjunto de cestas, aumentamos a liberdade da pessoa fazer aquilo que deseja. O desenvolvimento humano é entendido, assim, como a realização das vontades pessoais, como a liberdade dos indivíduos poderem ter e fazer aquilo que valorizam. Mas Aristóteles passa todo o primeiro livro da *Ética a Nicômaco* justamente mostrando como as pessoas não valorizam aquilo que não entendem e, portanto,

fazem escolhas de vida erradas, tentam encontrar a felicidade pelos caminhos mais estapafúrdios e fracassam. Para Aristóteles as pessoas não são bons juizes de sua própria felicidade e seria absurdo promover o desenvolvimento humano deixando que os indivíduos vivam como desejarem, isso só os levaria a mais dor e sofrimento. Seguindo a concepção aristotélica é um erro inclusive associar liberdade ao aumento do conjunto de pacotes alternativos, porque ter mais escolhas e poder fazer mais coisas não significa escolher bem ou viver bem, os indivíduos podem (e segundo Aristóteles, normalmente são) servos de seus próprios prazeres. “A grande maioria dos homens se mostram em tudo iguais a escravos, preferindo uma vida bestial (...)” (ARISTÓTELES, 1991, p. 9).

Poderíamos nos perguntar, por outro lado, porque insistir na existência ou não da hereditariedade aristotélica? Qual é a importância de encontrar uma ressonância aristotélica no que Sen está dizendo? E se não encontramos, o que isso significa? Não é o caso de Aristóteles ser uma autoridade inquestionável, por que então se preocupar se algo estava presente em seu pensamento ou não? Podemos considerar duas respostas para essa importante questão. Primeiro, o próprio Sen busca legitimidade em Aristóteles, tentando estabelecer uma conexão entre o seu conceito de desenvolvimento humano e o aristotélico, o que, como vimos, não se sustenta. Segundo, ao constatarmos esta diferença revelamos um ponto fundamental, de que o desenvolvimento humano não precisa ser entendido a partir das preferências dos indivíduos e que talvez a palavra grega *eudaimonia* possa nos ajudar a compreender melhor qual é o objetivo da economia política. *Eudaimonia* tenta dar conta da ideia de florescimento humano, de felicidade, de bem-estar, e a filosofia clássica a associou as ideias de virtude e excelência. Talvez devamos entender o desenvolvimento econômico e político como o caminho para a boa vida, para a vida correta, sábia e moralmente completa. O contraste entre o pensamento de Sen e de Aristóteles nos ajuda a vislumbrar e compreender melhor este caminho.

IV. Os problemas atribuídos à definição de liberdades substantivas

Intimamente relacionado com o que vimos até esse ponto está o conceito de liberdades substantivas, apresentado por Sen. Na abordagem das capacitações essa é uma questão essencial, porque são essas liberdades que devem ser estimuladas e são elas que permitem que os sujeitos aforem suas capacidades. Mas quais são essas liberdades substantivas? O autor nunca fecha o seu conceito, sempre permitindo certa fluidez, referindo-se ao conjunto como liberdades humanas e liberdades básicas. Também menciona ser possível atribuir importância a regras e instituições e não apenas às chamadas liberdades. Sen reconhece a dificuldade de comparar e avaliar o conjunto agregado destes

funcionamentos, como ele chama, porque estamos trabalhando com componentes muito heterogêneos, mas argumenta que esta dificuldade parte do próprio objeto, afinal, propor um índice homogêneo para avaliar o bem-estar da população, como a renda *per capita*, é empobrecer as diversas dimensões da vida humana. “Paga-se um preço altíssimo ao confundir comparação de bem-estar com comparação de renda real” (SEN, 1999, p. 112). É justamente essa angústia que impulsiona a abordagem dos funcionamentos ou capacitações, a tentativa de dar conta dos diversos aspectos humanos no processo de desenvolvimento, onde a renda *per capita* aparece apenas como uma das grandezas.

Apesar de surgir de uma insatisfação teórica compreensível e admirável, a abordagem das capacitações acaba por apresentar uma noção muito difusa do que é (ou do que pode ser) o desenvolvimento humano. Vejamos, por exemplo, a lista que Sen faz dos vetores que podem estar presentes no conjunto de liberdade substantivas:

As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. (SEN, 1999, p. 55)

A primeira pergunta que surge ao olharmos para essa proposta analítica é como foi possível colocar tudo isso no mesmo cesto? Qual é a identidade aqui? Estes são vetores óbvios, mas quando pensamos, por exemplo, na liberdade do uso de drogas ou na liberdade de retirar a própria vida, estamos lidando com liberdades substantivas? Trata-se de funcionamentos ou não? Sen parece resolver esse problema dizendo que as liberdades necessariamente trazem julgamentos de valor e que os mesmos devem ser realizados coletivamente através do debate amplo e de avaliações críticas. No entanto, se as pessoas concordarem, depois de um longo debate público, que a posse de armas é uma liberdade substantiva e os dados mostrarem que esta liberdade é responsável pela morte massiva de pessoas todos os anos, não parece que estamos lidando com um paradoxo aqui? Ou ainda, como argumentar que estamos expandindo nossa liberdade com o crescimento de exércitos ou com o aumento de bombas atômicas, mesmo que as pessoas valorem isto como uma liberdade substantiva?

Há uma diferença fundamental nas liberdades listadas por Sen. Algumas delas são questões objetivas, trata-se realmente de capacidades elementares, básicas, associadas à manutenção biológica da vida. Incluem-se aí o direito a se alimentar bem, a se proteger do frio, a receber tratamento de doenças etc. Essas liberdades estão claramente num nível diferente das demais, porque surgem de critérios claros, naturais e diretos, enquanto as demais pertencem a um grupo associado a escolhas sociais, a valores relativos a um determinado tempo e lugar.

A liberdade concernente à decisão do investimento produtivo, por exemplo, exige todo um sistema econômico e político propício para a sua realização e está longe de ser natural ou necessária e, portanto, pertence a um grupo muito distinto do primeiro. Ao não trabalhar com esta distinção Sen mistura os assim chamados funcionamentos, colocando no mesmo conjunto capacidades e direitos que são essencialmente diferentes, não sendo capaz de delinear exatamente o que está propondo. E o pior, o raciocínio de Sen sugere que a liberdade econômica associada ao mecanismo de mercado está no mesmo nível que a liberdade associada a combater a fome, como se as duas tivessem o mesmo caráter inato e objetivo. Mesmo que se considere que o homem tem uma propensão natural à troca⁴ e que o mecanismo de mercado é uma expressão deste impulso inerente, ainda assim estas liberdades estão em categorias muito diferentes, pelo simples fato de que podemos nos organizar política e economicamente de forma muito distinta, enquanto não podemos ficar sem comer.

Não se trata de acusar uma oposição entre os dois grupos de liberdades, dizer que para promover as necessidades básicas da vida é necessário restringir liberdades civis e políticas, como muitos críticos têm dito a Sen. Na verdade, pode ser plenamente possível combater a fome e a miséria ao mesmo tempo em que promovemos a democracia, a liberdade de imprensa e o livre mercado. O que chama a atenção é que não podemos olhar para todas essas liberdades como se elas fossem iguais, como se todas elas fossem claramente desejáveis, como se todas fizessem parte do processo de desenvolvimento humano. Estamos num estágio anterior de nos perguntarmos quais são essas liberdades substantivas que, como vimos, Sen nunca resolve adequadamente. Se analisarmos cada uma pelos seus próprios méritos e não olharmos todas juntas e indistintamente, como se fossem todas igualmente importantes e necessárias para o desenvolvimento. É possível que não haja oposição entre elas e que todas possam mutuamente contribuir para o processo de desenvolvimento, como argumenta Sen, mas antes precisamos saber de quais liberdades exatamente estamos falando e se todas elas são realmente desejáveis. O que é um grave erro é colocar todas essas variáveis no mesmo lugar, porque isso dá a entender que lutar contra a mortalidade infantil é a mesma coisa que promover o livre mercado, o que obviamente não é verdade.

4. Normalmente associado ao pensamento de Adam Smith, a quem Sen recorre incessantemente. Dessa forma, é esperado que o autor comungue com a visão de que os seres humanos são definidos por uma espécie de propensão natural a trocar.

V. Crítica do papel instrumental da liberdade para o desenvolvimento

Passemos agora para a investigação da relação de complementariedade entre as variáveis que compõe o desenvolvimento. É um ponto essencial da tese de Sen que as liberdades não constituem apenas os fins para o desenvolvimento, mas são, também, o seu meio fundamental:

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes (SEN, 1999, pág. 26)

É essa relação que precisamos analisar. Primeiro, vamos entender com precisão o argumento apresentado. Segundo Sen, as liberdades se alimentam mutuamente, o crescimento de uma leva à expansão das demais, isto significa que ao promovermos as liberdades políticas estamos necessariamente contribuindo para o crescimento econômico. Dada a natureza ampla desta relação, nós poderíamos pensar, por exemplo, que a promoção do casamento homossexual contribui para o aumento do produto nacional bruto. Aqui não é tão claro que essa relação faça sentido. Pode-se argumentar que este é um exemplo demasiadamente radical, mas ele está dentro daquilo que Sen propõe como entendimento para as inter-relações presentes no processo de desenvolvimento. Quando Sen argumenta que o aumento da escolaridade contribui decisivamente para o crescimento da renda nacional, essa relação nos parece bastante persuasiva. Porém, quando estendemos a mesma relação para outras liberdades, seguindo o próprio raciocínio do autor, não temos mais tanta certeza.

Infelizmente Sen não explora essas inter-relações em todas as suas dimensões, limitando-se a tratar de algumas poucas. Entretanto o seu argumento segue sempre na mesma direção. As liberdades são importantes por si mesmas, mas também representam o principal caminho para o desenvolvimento. É importante para Sen demonstrar que quem faz o desenvolvimento são as pessoas e não programas estatais mirabolantes⁵. Sendo assim, para que o argumento do autor faça sentido, teríamos que encontrar relações de crescimento mútuo entre as mais diversas variáveis, o que não ocorre quando pensamos em casos menos evidentes, como o casamento homossexual. A única saída para Sen aqui seria argumentar que a promoção desta liberdade faz com que as pessoas antes retraídas, infelizes, com problemas de autoestima passem a ser mais produtivas, contribuindo mais ativamente para o desenvolvimento econômico. O que Sen parece ignorar em toda essa linha de pensamento é que existem determinações estruturais na economia que, quando se defende, por exemplo, a industrialização do país está se argumentando a favor de uma alteração no plano produtivo que define variáveis econômicas-chaves, que alteram profundamente como as pessoas vivem e trabalham. O sistema econômico não é apenas um lugar de livre iniciativa, onde os indivíduos alocam recursos e trocam bens e serviços. Existem estruturas econômicas objetivas, que moldam e determinam a vida das pessoas e que não são alteradas pela simples expansão de liberdades. É por isso que é

5. “Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável – e até mesmo o papel positivo da impaciência construtiva.” (SEN, 1999, p. 26).

um absurdo supor que exista alguma relação causal entre o aumento de uma liberdade pessoal e o crescimento da renda.

Pelas mesmas razões apresentadas, somos capazes de entender porque Sen tem tanta dificuldade em demonstrar a relação entre a democracia e o crescimento econômico, esta sim uma relação que ele analisa com bastante cuidado. O seu principal adversário aqui é a chamada tese de Lee⁶, segundo a qual a democracia atrapalha o crescimento, uma vez que regimes com características autoritárias são mais ágeis em promover as mudanças necessárias para o desenvolvimento econômico. Portanto, é imperativo para Sen mostrar que esta tese está errada e que na verdade a relação vai na outra direção, a democracia ajuda a estimular o crescimento: “As evidências empíricas indicam veementemente que o crescimento econômico está mais ligado a um clima econômico mais propício do que a um sistema político mais rígido” (SEN, 1999, p. 30). No entanto, quando Sen vai investigar detalhadamente a relação reivindicada, ele mesmo reconhece que não é capaz de construir a conexão desejada:

O encadeamento direcional parece depender de muitas outras circunstâncias e, embora algumas investigações estatísticas apontem uma fraca relação negativa, outras mostram uma relação fortemente positiva. Tudo sopesado, a hipótese de que não existe relação entre os dois fatores em nenhuma das direções é difícil de rejeitar (SEN, 1999, p.198).

Isso significa que, mesmo na relação mais investigada por Sen, não há razão significativa para supor que sua tese central está correta, isto é, que as liberdades se autoalimentam. Dito isso, é difícil imaginar que a relação funcione para outras tantas variáveis.

6. A tese é assim chamada porque foi defendida enfaticamente pelo primeiro ministro de Cingapura, Lee Kuan Yew. Lee ficou no poder por quase 40 anos (1954-1992) e argumentou que o desenvolvimento econômico é uma prioridade superior as liberdades políticas e democráticas. Em alguns aspectos, segundo o argumento, algumas medidas autoritárias podem inclusive contribuir para o crescimento da nação.

VI. Considerações finais

O esforço deste trabalho está em acompanhar criticamente a proposta de Amartya Sen, isto significa entender o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades individuais substantivas. É possível fazer diversas críticas externas ao pensamento de Sen como, por exemplo, apontarmos que a sua obra não considera nenhum tipo de conflito entre os Estados Nacionais, ignora por completo o funcionamento do sistema mundial, o que constitui um erro gravíssimo, dado que o processo de desenvolvimento econômico nada mais é do que uma estratégia nacional de expansão de poder. Ou ainda, poderíamos ressaltar que o conceito de justiça não é igual ao de igualdade e muito menos se confunde com a ideia de garantia de liberdades substantivas, e como tal é ignorado por Sen em sua análise normativa. Estas e tantas outras críticas são certamente importantes, mas é muito provável que Sen nem ao menos as reconhecesse, uma vez que representam concepções muito distintas da perspectiva que o autor adota. Por esta razão, optou-se pelo diálogo interno à teoria das capacitações, porque assim podemos construir a problemática do desenvolvimento sem recorrer a concepções distintas que, por apresentarem uma distância entre si tão significativa, acabam por não conversar.

O nosso percurso nos fez observar uma série de dificuldades na teoria das capacitações, principalmente porque o conceito de liberdade parece mal construído. Em todos os pontos levantados o que se destaca é a tentativa de Sen de reduzir a ideia de liberdade ao nível da ação do sujeito, a ausência de restrições no campo da escolha e no uso das capacidades dos agentes. O que as críticas realizadas sugerem é que a liberdade possui outra dimensão, que se dá no espaço de construção dos determinantes sociais que definem a atuação do primeiro nível. Trata-se primeiro do reconhecimento de que existem estruturas e instituições que condicionam e determinam os aspectos políticos e econômicos da sociedade, e de que a liberdade precisa incluir uma participação ativa na definição desses aspectos. O processo de desenvolvimento representa bem essa questão, porque não se trata de aumentar o conjunto de escolhas dos indivíduos ou garantir a realização das suas capacidades, trata-se de discutir quais são os determinantes sociais envolvidos. A liberdade não pode supor que as coisas estão dadas, que o sistema econômico funciona de um jeito, ou que o sistema político funciona de outro. A liberdade integral deve garantir a discussão e a definição destes próprios sistemas.

§

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. Ética a *Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo, Nova Cultural, 1991.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática, 2000.
- KANT, I. (1785). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Leopoldo Holzbach. São Paulo, Martin Claret, 2005.
- MARX, K. (1844). *Manuscritos Econômicos – Filosóficos*. Trad. Alex Marins. São Paulo, Martin Claret, 2006.
- MARX, K. (1867). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 23a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- NUSSBAUM, M.; SEN, A. *The Quality of Life*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- SEN, A. (1999) *Desenvolvimento como Liberdade*. Trad. Laura Texeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

Recebido em 07/05/13
e aceito em 16/10/13